

PODER À ESPERANÇA



LEGISLATIVA
2024

Entrevista a Mariana Mortágua

Uma maioria tem que ser um programa para Portugal e a certeza de que será aplicado. A força do Bloco garante que se fará o que nunca foi feito e o que a maioria absoluta do PS se recusou a fazer - salários decentes, empregos para o clima, salvar o SNS e cuidar da escola pública, baixar o preço da habitação.

Abrir caminhos

A direita só quer agravar as políticas da maioria absoluta do PS.

O ano de 2015 foi o último de Passos Coelho como primeiro-ministro. Montenegro era a sua voz no Parlamento. Ventura era o seu discípulo. Os liberais ainda andavam pelo CDS. Todos juntos, ambicionam agora juntar-se de novo, no Governo, depois das eleições. O problema deles é que a maioria do povo

não esqueceu a austeridade, nem lhes perdoou o empobrecimento, o ataque às pensões, as ordens para emigrarmos, nem aqueles governantes que, logo depois, foram contratados pelas empresas a quem tinham vendido a energia ou os aeroportos.

Nestas eleições, queremos que a direita continue em minoria. Não depende só do Bloco, mas nós cumpriremos a nossa parte e cada deputado e deputada eleitos pelo Bloco de Esquerda contará para isso.

Fazer o que nunca foi feito

Nenhuma maioria é estável como mero somatório de deputados. Uma maioria tem que ser um programa para Portugal e a certeza que será aplicado. A esquerda sabe o que quer e o que é inaceitável.

Inaceitável é a corrupção, as negociatas com aquilo que é de todos, ou o que a maioria absoluta do PS fez na saúde, na habitação, na educação. O Governo do PS caiu por responsabilidade própria. Há muita gente desiludida, zangada e ainda indecisa. Essas pessoas sabem, por experiência, que a direita não merece o

benefício da dúvida. E exigem respeito, consideração por quem trabalha e por quem paga impostos.

O Bloco é a garantia de que se fará o que nunca foi feito. É essa a luta do Bloco de Esquerda pela vida boa: garantir o que é essencial - salário, casa, clima, cultura, saúde, escola.

O Bloco contribuirá para juntar toda a força necessária para esta viragem no país. Aproveitaremos este tempo para abrir caminhos de diálogo, de clareza, de mobilização. É essa confiança que juntará os votos e vencerá.

Acompanha
as novidades
do Bloco ↘



“As pessoas têm de saber com o que contam”

Entrevista a Mariana Mortágua

Portugal precisa de uma alternativa à maioria absoluta do PS e ao regresso da direita. Com a clareza do seu programa, o Bloco compromete-se com a procura de uma base comum para uma maioria capaz de soluções sobre salários, habitação, saúde e educação. São estas respostas que abrem caminhos até às eleições de 10 de março.

Perante a queda de 14 governantes e 75 mil euros em notas na residência oficial, o primeiro-ministro acabou por cair. Como chegámos até aqui?

Não sabemos quais serão as conclusões das atuais investigações judiciais - e esperamos que não demorem demais. Mas os casos do lítio ou de Sines voltaram a mostrar o abismo que há entre a facilidade e rapidez com que os poderes públicos atendem as empresas mais influentes, tratadas como “projetos de interesse nacional” (PIN), e a demora com que respondem às necessidades do povo. Esse abismo resulta da promiscuidade entre política e negócios. Mesmo quando não é crime, esta promiscuidade facilita opções erradas nos planos económico, social e ambiental - e corrói as bases da democracia.

O ainda primeiro-ministro insiste neste modelo de “atração de investimentos”. Mas ainda está para vir um projeto que seja mesmo “de interesse nacional” e não uma forma de extrair riqueza do país e de degradar o ambiente. Se este modelo económico fosse bom, não assistiríamos ao abandono de profissões qualificadas e à fuga de quadros para o estrangeiro.

O Bloco avisou que a maioria absoluta seria arrogante e incapaz. Isso confirmou-se. Mas, com inflação e falta de casas, era possível fazer melhor?

Claro que sim. Os patrões seguiram o mau exemplo dado pelo Governo, que aumentou os salários do Estado muito abaixo da inflação. Foi dada rédea solta à especulação com os alimentos, com as telecomunicações e com a energia. Além da inflação, as famílias empobreceram com os aumentos brutais na habitação. O Governo tem culpa: multiplicou o alojamento local e ofereceu vistos gold e reduções de IRS a estrangeiros endinheirados. Prometeu casa para todas as famílias necessitadas até abril de 2024 e 170 mil habitações a custos acessíveis, mas não cumpriu. Resultado: os estudantes não conseguem alojamento, há adultos de 30, 40 anos forçados a partilhar casa, casais divorciados a viverem juntos, idosos expulsos dos seus bairros, médicos e professores deslocados que não conseguem vir para as cidades onde fazem falta.

É possível tomar medidas com efeitos imediatos: tetos às rendas, quotas para construção a preços controlados, limites aos juros, proibição da venda de casas a não residen-

tes, fim dos benefícios fiscais à especulação. É possível um acordo maioritário para estas medidas sensatas? A campanha deve fazer esse debate. As pessoas têm de saber com o que contam no dia seguinte às eleições.

Há dois anos, o Bloco perdeu deputados depois de chumbar o orçamento. Que balanço fazem dessa opção?

Em 2019, o PS rejeitou novos acordos com os partidos de esquerda. Logo alertámos que era mau sinal. O Bloco insistiu na salvação do Serviço Nacional de Saúde. Mas o orçamento de resposta à pandemia, que aprovámos, nem sequer foi aplicado, o que deixou os serviços esgotados e degradados.

Nos orçamentos seguintes, exigimos esse investimento. Perante a recusa do PS, optámos por respeitar os nossos compromissos e por não sermos cúmplices do abandono do SNS. Quem não compreendeu a nossa decisão há dois anos vê agora a saída de profissionais e o encerramento de serviços. Parece que o Bloco teve razão.



António Guterres tem estado no centro da luta global pela paz e pelo clima. Que valor tem a sua ação?

Como portuguesa, sinto grande orgulho no desempenho de Guterres como secretário-geral da ONU. A permanência da guerra e o aquecimento do planeta são a prova de que esta globalização é injusta e destruidora.

Perante a disputa imperial que levou à invasão da Ucrânia pelo ditador Putin, tal como perante o massacre do povo palestino, patrocinado pelos Estados Unidos da América, António Guterres tem sido a voz da humanidade, do direito internacional e da autodeterminação dos povos. Com igual clareza, sobre a catástrofe climática, tem denunciado as falsas promessas das potências, que ignoram a ciência para manter os lucros das multinacionais emissoras de CO₂. Essa voz é um ponto de apoio na mobilização da opinião pública mundial. Esta sim, é a verdadeira superpotência que pode mudar tudo.



António Guterres na fronteira entre Gaza e o Egito.

Foto: Kenosis SALAH / AFP

Um voto no Chega é um voto de protesto contra as injustiças e o sistema instalado. É assim?

Não. O Chega é um voto que mantém os privilégios. Já aconteceu antes, quando Paulo Portas obteve 12% em 2011. O discurso já era copiado da extrema-direita europeia: agressividade contra as minorias, ataque aos apoios sociais, impunidade dos abusos policiais, alinhamento com os grandes interesses económicos. Ventura imita Paulo Portas e adora Passos Coelho. Mas Portugal não os esqueceu, nem lhes perdoou o mau governo. Para derrotar a direita, cada voto no Bloco conta.

Isso significa um acordo com o PS?

Para afastar a direita do poder, não basta colocá-la em minoria. É preciso enfrentar o desespero e a desilusão de que ela se alimenta e começar a resolver as necessidades essenciais. Cada um apresentará o seu programa partidário, mas o programa do Governo deve resultar de um entendimento comum e forte, à esquerda: recuperar salários e pensões, inverter o ciclo na habitação e recuperar os serviços públicos. No dia 10 de março, é a força dessas soluções comuns que derrotará a direita.

O que podem os professores esperar das próximas eleições?

Os professores já viram de tudo. O PSD promete devolver o tempo de serviço, mas não seria a primeira vez que roía a corda. É também estranha a promessa de Pedro Nuno Santos: em 2028 a devolução ainda não estaria concluída... E há o caso do ministro João Costa: já com o Governo demitido, veio reconhecer que existe dinheiro para respeitar o tempo de serviço dos professores! Ao fim de oito anos no ministério e passadas apenas duas semanas de o PS ter chumbado essa mesma proposta do Bloco... A falta de vergonha alimenta a repugnância pela política. A esquerda não é isto.



Na maioria das escolas falta de tudo: professores, auxiliares, cantinas de qualidade, renovação dos espaços. A falta de professores tem a mesma explicação da falta de médicos e enfermeiros: as carreiras não são atrativas, o trabalho é esgotante e os preços da habitação obrigam os profissionais deslocados a pagar para trabalhar... Só com melhores salários e carreiras se pode atrair e reter os profissionais necessários para termos serviços públicos de qualidade.

Objetivos do Bloco

- mais salário, mais tempo para viver;
- mais casas, menos renda, menos juros;
- mais transportes, menos carros, menos emissões;
- mais profissionais de saúde, menos esperas, menos encerramentos;
- mais justiça fiscal, menos borlas aos ricos, aos bancos, aos hipermercados;
- mais professores, menos desrespeito, menos precariedade.

QUEM FINANCIAM O CHEGA?

Ventura diz falar pelos "portugueses de bem" e pelos revoltados com o sistema. Mariana Mortágua divulgou quem são os financiadores do Chega, declarados ao tribunal: super-ricos, donos de grupos empresariais que vivem à sombra do Estado. O pior que o sistema tem.



Família Champalimaud

Vários membros da família são financiadores: donos da Quinta da Marinha e da Quinta da Ria, acionistas da OZ Energia, distribuidora de gás, acionistas dos CTT



Artur Pedrosa

Grupo Barraqueiro (ex-acionista da TAP)



Pedro Mello

Grupo Mello, vinhos Monte da Ravasqueira; é dirigente do Chega



Salvador Posser de Andrade

Ex-administrador da imobiliária do grupo Espírito Santo



Francisco Sá Nogueira

Foi vice-presidente da Espírito Santo Viagens



Miguel Félix da Costa

SLIL, imobiliário de luxo, hotelaria e turismo



João Maria Bravo

Sodarca e Helibravo, armamento e meios de combate aos incêndios



Jorge Ortigão Costa

Sugal, indústria do tomate



José Paulo Duarte

Paulo Duarte, transporte de mercadorias



Paulo Mirpuri

Dono da companhia aérea Hi-Fly



Carlos Barbot

Tintas Barbot



César do Paço

Indústria farmacêutica



Francisco Cruz Martins

Angariador de fundos para o Chega, é advogado de milionários angolanos, apanhado nos Panama Papers

Genocídio em Gaza

Bloco exige sanções a Israel e reconhecimento do Estado da Palestina

Todos os horrores estão a acontecer em Gaza. A invasão israelita é uma sucessão de crimes contra a Humanidade e um genocídio. Portugal não pode assistir sentado e, no máximo, lamentar a matança a que assistimos em direto.

Queremos ser parte de um mundo que se levanta para calar as armas, em nome da paz e da justiça.

Portugal e a União Europeia não podem continuar a olhar para o lado. É preciso fazer tudo pelo cessar-fogo. Perante a destruição total da Faixa de Gaza por parte de Israel e do extermínio de um povo, é preciso que a comunidade internacional impeça a violência em toda a Palestina ocupada.



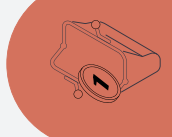
Além de condenar as ações de Israel, à luz do direito internacional e humanitário, é preciso aplicar sanções e boicotar esse Estado enquanto persistir na sua política de punição coletiva, expansão colonial e limpeza étnica. O Estado português deve recusar qualquer colaboração em manobras que envolvam as forças armadas israelitas. Empresas israelitas que sejam cúmplices da ocupação dos territórios palestinianos devem ser alvo de boicote nacional e internacional.


Exigimos a mesma pressão internacional que derrotou o apartheid da África do Sul.

São 139 os países representados na Assembleia Geral da ONU que já reconhecem o Estado da Palestina. Portugal não é um deles. Continua a sustentar uma posição hipócrita: diz defender a solução de dois Estados, mas não reconhece um deles, a Palestina. O Bloco defende que Portugal reconheça imediatamente o Estado da Palestina.


Vida boa

Queremos garantidos os nossos direitos essenciais, o que a Constituição define que todos deveriam ter, mas que hoje está em risco para muita gente.

 Um salário que chegue para o mês todo


 Preços justos nos alimentos e na energia

 Rendas e prestações que se possam pagar

 Escolas em bom estado e com todos os professores

 Médicos nos hospitais e centros de saúde

 Transportes públicos fiáveis e gratuitos

 Energias renováveis e sob controlo público

Continuam as borlas à EDP

O Bloco não deixará cair no esquecimento a dívida da EDP ao povo, por impostos que recusou pagar sobre a venda de barragens, entre outros.

Para Mariana Mortágua, este é o exemplo do que acontece quando o Estado toma decisões em nome dos interesses privados e não das populações. Desde que foi privatizada, a EDP é uma história de duas décadas de privilégio. Em 2006, um ministro do PS, Manuel Pinho, prolongou a concessão das barragens por 25 anos à EDP, decisão sob investigação judicial por ter beneficiado a EDP em centenas de milhões de euros.

O Governo Passos Coelho manteve rendas excessivas à empresa e, recentemente, o Governo do PS permitiu que parte destas barragens fosse vendida, apesar de estar avisado para os esquemas montados para subtrair ao Estado os devidos impostos.

Até o IMI das barragens a EDP se recusou pagar, primeiro com o Governo a dar-lhe razão. Agora que o Governo mudou de opinião, o IMI ficou por pagar e os valores relativos a 2019 já caducaram!

O resultado desta submissão a interesses privados é que hoje a EDP e a Engie de-

vem ao povo da Terra de Miranda não só as contrapartidas pelos benefícios retirados destas barragens, mas também os impostos que não pagaram pelo negócio. São centenas de milhões de euros para uma terra que precisa de investimento, onde faltam transportes, serviços públicos, condições para estas populações se desenvolverem.

O território não pode ser um plano aberto onde as empresas chegam, extraem os seus recursos como entendem, fazem os seus negócios como entendem protegidas pelo Estado e não pagam os seus impostos.